

A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE: AS PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS DO PROBLEMA AGRÁRIO NORDESTINO (*)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — *Introdução*

O Nordeste do Brasil é uma ampla porção do território brasileiro que se estende por mais de um milhão de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 25 milhões de habitantes. Quanto à extensão territorial ele é menor apenas que dois países da América Latina: a República Argentina e o México, e quanto à sua população é inferior apenas a do México. Possui, assim, uma extensão territorial e uma população superiores a quaisquer dos países de média importância do continente — a Colômbia, o Perú ou o Chile. Sua população é equivalente a seis vezes a população boliviana, embora a área territorial seja um pouco maior que a deste país (1.500.000 km² contra 1.100.000 km²).

Tendo sido colonizado pelos portugueses a partir do século XVI e apresentando condições naturais bastante diversificadas, constitui o Nordeste, devido à estratificação das estruturas sociais organizadas no período colonial, aos baixos níveis tecnológicos de sua agricultura e de sua pecuária e à diversidade do meio natural, a região problema do país; aquela em que o subdesenvolvimento se apresenta de forma mais acentuada e que reclama medidas de reforma mais urgentes.

* Conferência realizada no Instituto da América Latina da Universidade de Columbia em New York a 2 de fevereiro de 1968.

Na realidade o Brasil, como país de dimensões continentais, apresenta uma grande diversidade de formas de organização do espaço e de níveis de desenvolvimento regional que estabelecem marcantes diferenças quantitativas e qualitativas entre as várias porções do seu território. Assim, o Sudeste, centralizado pelo Estado de São Paulo e como região em que se situam os três principais centros urbanos do país — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte — é a região mais dinâmica do Brasil, onde se localizam cerca de 78,8% do valor da produção industrial do país, com cerca de 73,3% da mão de obra industrial, 84,1% dos capitais empregados na indústria e consome 84,3% da energia elétrica produzida e onde a renda per capita ultrapassa a quota de 400 dólares por ano. O Sul, de clima sub-tropical, onde há grande influência de colonos europeus, não portugueses — alemães, italianos, eslavos — assim como de japoneses e sírio-libaneses, constitui a segunda região do país em densidade demográfica, em maior grau de intensidade na utilização do espaço e em níveis de renda per capita. A Amazônia ou Norte e o Centro-Oeste constituem áreas de clima quente e úmido, sub-povoadas, que foram ocupadas nos séculos passados em função da exploração dos recursos naturais — vegetais como a seringueira, o caucho, a castanha do Pará, ou minerais como o ouro e os diamantes e, modernamente, o manganês e a cassiterita. Apresentam em consequência uma economia baseada no extrativismo e uma população dispersa e pouco densa. O Nordeste apresenta características próprias; colonizado a partir do século XVI, foi durante dezenas de anos a região motriz, economicamente mais dinâmica do país e organizou a sua economia voltada para o mercado externo, dedicada à exportação para o mercado europeu a princípio, e posteriormente para o norte-americano, de produtos agrícolas tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão, o cacau, o fumo e o sisal. Para alimentar as áreas dedicadas a esta produção organizou-se na retaguarda das mesmas e delas dependente, uma atividade pecuária e produtora de gêneros alimentícios. Surgiram também as cidades portos por onde estes produtos eram embarcados para a região e as cidades mercados nos pontos de encontro de regiões diversificadas, pontos que favoreceriam o desenvolvimento das atividades comerciais. Ainda

são êstes, ao lado dos centros administrativos — capitais de Estado — os principais centros urbanos, os principais polos de crescimento da região nordestina. Destas cidades, três se destacam por sua importância como portos, centros administrativos, industriais e universitários a um só tempo. São elas o Recife com mais de 1.000.000 de habitantes, Salvador, capital do Brasil de 1549 a 1763, e Fortaleza com mais de 500.000 hab.; São Luiz, Terezina, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Olinda, Maceió e Aracajú, possuem mais de 100 e menos de 500 mil habitantes. Se excetuarmos Terezina, todas essas cidades e a maioria das que possuem mais de 50 e menos de 100 mil habitantes — Parnaíba, Sobral, Mossoró, Caruaru, Jaboatão, Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna — se localizam a menos de 200 quilômetros do litoral. Fato que indica estar a população nordestina extremamente mal distribuída, localizada predominantemente no litoral. O interior, a área sertaneja, ficou isolada pela distância e pela falta de comunicações até a segunda metade do século XX, quando se iniciou a construção de grandes rodovias. Isto porque, os dois rios navegáveis — o São Francisco e o Parnaíba — têm grande parte dos seus cursos interrompidos por cachoeiras e corredeiras e as ferrovias construídas a partir de 1850, eram meras estradas de penetração visando transportar até os portos de mar os produtos valorizados do interior. Foram construídas para escoar as riquezas e não para desenvolver o país.

Dentro deste contexto podemos analisar o problema agrário nordestino levando em conta três itens básicos

- a) — a grande lavoura de exportação
- b) — a pequena lavoura associada à pecuária
- c) — a pecuária extensiva.

Em cada item devemos salientar as suas relações com as condições naturais — o relevo, solo, clima, recursos hidráulicos disponíveis, etc — e os condicionantes humanos ou sociais, levando-se em conta a estrutura social e fundiária, os sistemas agrícolas e de criação de gado, assistência governa-

mental — crédito, assistência técnico-agronômica, garantia de preços mínimos para a produção — assim como a organização da comercialização frente às flutuações do mercado.

2 — *A grande lavoura*

Chamamos de grande lavoura àquela formada pelos produtos destinados sobretudo à exportação e quase sempre cultivados por grandes e médios proprietários. Dentre os produtos classificados como grande lavoura destacam-se a cana-de-açúcar e o algodão, cultivados desde os séculos XVI e XVII, respectivamente, que constituem os dois produtos agrícolas principais da região. Embora as suas culturas tenham sido feitas nos primeiros tempos apenas para atender à demanda do mercado externo, hoje têm mais de 2/3 da produção consumidos no país, devido ao crescimento da população e ao desenvolvimento da industrialização. O fumo, também cultivado desde o período colonial, de vez que era utilizado no comércio de escravos com os régulos africanos, tem metade de sua produção destinada à exportação. O cacau e o sisal, produtos que só a partir do século XIX, o primeiro, e do século XX o segundo, tiveram importância econômica, têm mais de 80% de sua produção destinados à exportação.

Se analisarmos a distribuição especial destas grandes lavouras pelo território nordestino, observaremos que a cana-de-açúcar ocupa as áreas de mata situada na porção oriental da região onde domina um clima quente e úmido com chuvas de outono-inverno. Ocupa sobretudo a chamada zona da Mata de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte e parte do Recôncavo Baiano. Prefere os solos argilosos, argilo-silicosos, argilo-humíferos e de turfa, conhecidos localmente como de “barro vermelho” e “massapé”.

O cacau está concentrado no Sul da Bahia, ocupando solos argilosos em áreas de clima quente e úmido com chuvas distribuídas durante todo o ano. O sisal e o fumo têm suas plantações localizadas geralmente no interior a uma distância não muito grande do oceano. Assim, as principais culturas de sisal se encontram no Planalto da Borborema e na Chapa-

da Diamantina, geralmente em encosta, enquanto o fumo aparece na zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido, em solos silicosos. O algodão, bem adaptado ao clima semi-árido, sobretudo a variedade “Mocó” arbórea e produtora de fibra longa, se expande pela grande área sertaneja onde cai mais de 400 e menos de 1.000mm de chuvas anuais e onde dominam solos silicosos ou silico-argilosos.

A cultura da cana-de-açúcar está ligada à grande propriedade e à formação de uma estrutura social estratificada em classes, do tipo aristocrático. Na área em que domina é extremamente concentrada, de vez que menos de 3% da população possuem cerca de 52,6% da área, enquanto os pequenos proprietários — que possuem menos de 20 ha. — compreendem cerca de 77% dos estabelecimentos, mas dispõem de apenas cerca de 6,7% da área. Há casos de propriedades de mais de 30.000 ha. em uma área em que a densidade da população rural é superior a 100 hab/km².

O proprietário da terra, senhor de engenho ou industrial do açúcar que também possui grandes extensões de terra — o usineiro —, cultiva a cana-de-açúcar utilizando exclusivamente mão de obra assalariada. De um modo geral, senhores de engenho e usineiros, pertencem a famílias tradicionais que se sucedem através dos anos na exploração de suas propriedades, sendo os trabalhadores rurais, em geral, descendentes dos antigos africanos, miscigenados com portugueses; há, até certo ponto, ao lado da estratificação social uma estratificação étnica, embora ocorra com certa frequência a ascensão social de negros e mulatos enriquecidos.

As culturas são feitas ora com enxadas, de forma manual, ora com máquinas, conforme a topografia e as condições econômicas e culturais dos proprietários. A produtividade agrícola, porém, é quase sempre baixa — 40 a 45 ton. por ha. — embora algumas usinas consigam, graças à irrigação e à adubação, duplicar ou até triplicar estas quotas. A produtividade industrial também não é elevada — de 80 a 100 kg. de açúcar por ton. de cana — de vez que só agora vêm as usinas se reequipando, isto é, substituindo a velha maquinaria com 40 ou 50 anos de uso por máquinas modernas.

O Governo dá uma assistência permanente aos produtores de cana-de-açúcar, tendo organizado após a revolução de 1930, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que vem financiando os plantios de cana, fornecendo crédito a juro baixo para a aquisição de máquinas agrícolas e reequipamento das fábricas e garantindo preços mínimos para a venda do açúcar e adquirindo os excedentes produzidos. Além disto, sendo os produtores de açúcar homens que têm influência econômica e política, conseguem facilmente, através de seus órgãos de classe, leis que os favorecem, assim como a construção de obras de infra-estrutura em sua área de influência que facilitam o escoamento do produto e valorizam suas terras; terras que são valorizadas sem que o Governo aufira, através do imposto territorial, uma renda compensadora.

Quanto aos outros produtos da grande lavoura, observamos que todos são bem assistidos por órgãos governamentais especializados — Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Cacau, etc. — que fornecem créditos em tempo e a juros baixos, assistência agrônômica, garantia de preços mínimos, etc.

Quanto às condições em que são feitas as culturas dos produtos considerados como grande lavoura, observamos que o cacau, cultivado no Sul da Bahia, se adapta bem ao clima quente com chuvas distribuídas durante todo o ano e aos solos argilosos oriundos da decomposição das rochas cristalinas. É cultura feita geralmente por grandes e médios proprietários que utilizam trabalhadores assalariados. Como há há uma concentração de trabalhos na época da colheita, o trabalhador rural dispõe de trabalho apenas em alguns meses do ano, ficando o restante do tempo a vagabundar pelas ruas, sem ter oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de salários.

Os níveis técnicos desta cultura são baixos, havendo constantes pragas que dizimam os cacauais e a produtividade é bastante inferior a de outras regiões produtoras.

O fumo por ser cultura de ciclo vegetativo curto e por necessitar de cuidados especiais para o seu desenvolvimento, sujeita que está a plantio, replante, capação, colheita e preparação do produto para o consumo, é cultura feita quase sempre por

pequenos proprietários ou por agricultores sem terras que, através da parceria, cultivam porções das grandes e médias propriedades. A comercialização da produção é feita em grande parte através da Companhia Souza Cruz que tanto exporta como industrializa o fumo, transformando-o em cigarros.

A agave desenvolveu-se principalmente na Chapada Diamantina, na Bahia e no Brejo paraibano, na porção úmida e sub-úmida do Planalto da Borborema. Ela se expandiu, graças ao interesse que despertou nos próprios senhores de engenho, em áreas onde se cultivava anteriormente a cana-de-açúcar e o café; encontramos nos velhos galpões em que funcionavam as fábricas de açúcar e de "rapadura", as máquinas desfibradoras do sisal. Cultura profundamente sujeita às oscilações do mercado internacional, está o sisal periodicamente em crise, o que leva os produtores a pressionarem o Governo no sentido de que adquira a produção por preço elevado nas ocasiões em que há uma retração no mercado internacional.

O algodão, produto de origem local cuja cultura se expandiu a partir do século XVIII, com a revolução industrial inglesa e que teve grandes surtos expansionistas ao encontrar maiores estímulos do mercado internacional, como durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, no século passado, e o período anterior à II Grande Guerra Mundial, de 1933 a 1939, ainda é um dos principais produtos do Nordeste. Sua cultura é feita por grandes, médios e pequenos proprietários e quase sempre associada à pecuária, de vez que, após a sua colheita as folhas do algodoeiro servem de alimento ao rebanho bovino. A comercialização da produção e a industrialização da semente são feitas, sobretudo, por grandes firmas estrangeiras — Anderson Clayton e SANBRA — enquanto a tecelagem está em mãos de industriais nordestinos de origem luso-brasileira.

3 — *Policultura e pecuária*

A concentração de populações nas cidades e nas áreas dedicadas à agricultura de produtos tropicais de exportação, gerou a necessidade de abastecer essas mesmas áreas e essas populações. Daí passarem os solos não utilizados pelas cultu-

ras principais ou as regiões mais afastadas onde não havia condições favoráveis à cultura dos produtos de exportação a serem ocupados com lavouras de subsistência, feitas ora por agricultores pobres, ora pelos próprios assalariados agrícolas nos dias de folga em que não tinham obrigação de trabalho com a fazenda a que estavam ligados. Assim, a faixa litorânea de solos arenosos foi ocupada de tal forma por coqueirais que o coqueiro, importado da Oceania, parece hoje uma planta nativa. Com o crescimento dos níveis de renda e da população das cidades, o côco vem sendo muito valorizado e a sua cultura passa gradativamente a ser feita por ricos e médios proprietários. Na própria área ocupada pela cana-de-açúcar, as manchas de solos silicosos, pobres em matéria orgânica, têm sido até os nossos dias, utilizados pela cultura da mandioca, da qual se extrai a farinha, um dos alimentos básicos da população rural pobre; possui essa planta dezenas de variedades com qualidades diversas e ciclos vegetativos os mais diversificados — desde 6 meses até 2 anos —. O inhame, originário da Oceania e aqui introduzido pelos portugueses na época colonial, é outro alimento de grande importância na dieta da população; utiliza sempre os solos silicosos das regiões úmidas e sub-úmidas.

O milho, produto que ocupa maior extensão que qualquer outro no Brasil, 8 milhões de hectares contra mais de 4 milhões ocupados pelo café e pelo arroz e o feijão, são dois outros produtos de grande importância na economia nordestina, de vez que a sua cultura se expande por amplas áreas, sendo feita quase sempre associada ao algodão ou à mandioca. As sementes dos dois cereais costumam ser lançadas em uma mesma "cova", permitindo que ao crescer, o feijão "enrame no pé de milho". O feijão e o milho são produtos de subsistência cultivados para atender ao consumo do agricultor e de sua família, enquanto o algodão é o produto comercial destinado ao mercado. Geralmente este complexo agrícola está ligado à pecuária; assim, o grande proprietário é sobretudo criador de gado e fornece terras a agricultores não proprietários no início da estação chuvosa — março abril — a fim de que cultivem o algodão, o milho e o feijão. A colheita do feijão é feita em maio e junho, a do milho de junho a outubro e a do algodão em novembro-dezembro, justamente no auge da estação seca, quando as pastagens

ressequidas não fornecem mais ao gado o alimento de que êle necessita. O fazendeiro dispõe das áreas que foram cultivadas e o gado pode alimentar-se com o restólho das plantações.

Hoje, com o elevado preço da carne, nas áreas de terras mais valorizadas, a pecuária vem sendo modificada, melhorada, sofrendo uma verdadeira passagem dos sistemas extensivos para os semi-intensivos. Os fazendeiros já adquirem alimentos concentrados — grãos, para o gado — e cultivam certas plantas como a palma e o sorgo e várias gramíneas com o fim de melhorar a alimentação do rebanho; conforme a área e as solicitações do mercado, vêm se especializando na produção ora de carne ora de leite.

Dentre as culturas voltadas para o mercado interno vem tendo grande desenvolvimento a do arroz, feita em bases inteiramente comerciais, tanto nas várzeas periodicamente inundadas da porção oriental do Nordeste, como a do baixo São Francisco — arroz inundado — como também nas áreas que vêm sendo conquistadas à floresta no Oeste do Maranhão. Aí, estimulados pelos altos rendimentos econômicos do produto, trabalhadores nordestinos vindos de áreas super-povoadas, destroem a floresta equatorial com o fogo e fazem "roçados" onde plantam o arroz. Dois anos depois, empobrecido o solo, é o "roçado" abandonado e o caboclo destrói nova porção de floresta para fazer novas culturas. A rizicultura vai, assim, fazendo recuar a floresta e se aproxima cada vez mais da Amazônia. É um problema bastante grave, de vez que destrói sem nenhum aproveitamento as riquezas florestais, fazendo com que a área produtora se distancie cada vez mais dos centros consumidores, obrigando o Governo a ampliar constantemente obras de infraestrutura — estradas, escolas, hospitais, etc.

Convém salientar, porém, que estes produtos destinados ao consumo interno não recebem, como os produtos de exportação, proteção governamental. As estações experimentais, a não ser excepcionalmente, não realizam estudos técnicos sobre os mesmos; o crédito bancário, só como exceção, chega aos pequenos agricultores que têm que recorrer na entre-safra a agiotas e não dispõem de garantias de preço mínimo, o que provoca

grandes oscilações dos preços dos produtos agrícolas na época da safra, quando baixam, em relação à entre-safra, quando se elevam consideravelmente. Daí viverem os pequenos agricultores sempre em crises econômicas.

4 — *A pecuária extensiva*

O Sertão, região que compreende 7/10 do Nordeste, se caracteriza por apresentar clima semi-árido, ser pouco povoado e dedicar-se à pecuária extensiva feita com baixos padrões técnicos. Na verdade, a palavra sertão é uma corruela da palavra deserto, que deu a princípio a palavra desertão — deserto grande — e, finalmente, se corrompeu para sertão. Não significa, porém, deserto no sentido demográfico, região despovoadas, onde não há habitantes ou os há em pequeno número. Tanto que, com o avanço do povoamento e da ocupação do espaço pela agricultura, os geógrafos admitem que amplas porções sertanejas estejam se “agrestizando”, isto é, estão deixando de ser Sertão para ser Agreste. O Sertão atual, porém, compreendendo mais de um milhão de quilômetros quadrados, não é uma região uniforme, homogênea, mas uma região de paisagens bastante diversificadas. Assim, em linhas gerais, domina nas grandes extensões pediplanizadas, inclinadas para os rios que drenam a região — o São Francisco, o Parnaíba, o Jaguaribe, o Piranhas-Açu, etc. — nos quais domina uma vegetação adaptada ao clima semi-árido, denominada de “caatinga”, palavra indígena que significa “mata rala”. Esta caatinga, rica em cactáceas de variedades e espécies diferentes, é formada predominantemente por árvores e arbustos que perdem as folhas durante a estação seca, que se prolonga durante 8 ou 9 meses, e se apresentam cheias de folhas, verdes, nos três ou quatro meses de chuvas — de dezembro a março —. No Sertão, porém, existem “ilhas” úmidas formadas pelas serras que, expostas aos ventos alísios de Sudeste, recebem maior umidade e permitiram a formação de uma sociedade de agricultores que cultivam a cana-de-açúcar, o café, os cereais e as fruteiras. Existem aí cidades de alguma importância que são centros comerciais de abastecimento da população rural e núcleos de importantes trabalhos de artesanato.

Outras “ilhas” culturais são representadas pelas margens dos dois grandes rios perenes — o São Francisco e o Parnaíba — nos quais os agricultores realizam, nos pontos mais favoráveis, uma agricultura de vazante e uma agricultura irrigada de arroz, de cebola, de uva, de tomate e de fruteiras. A produção é escoada em caminhões até os grandes centros urbanos. A agricultura de vazante é aquela feita no leito maior do rio no comêço da estação seca, à proporção que suas águas baixam. Atinge apenas a produtos agrícolas de ciclo vegetativo curto, de vez que a colheita tem que ser feita no início da estação chuvosa, quando o nível das águas do rio se eleva e as vazantes são inundadas. A agricultura irrigada se desenvolveu recentemente com a utilização de rodas d'água semelhantes às usadas pelos agricultores egípcios no rio Nilo e, posteriormente, com o emprego de bombas a óleo Diesel e elétricas.

Nos vales dos rios secos existem grandes carnaúba de cuja palmeira — a carnaúba — (*Copernifera cerifera* Martius) é extraída a cêra durante a estação seca, que proporciona aos proprietários elevados rendimentos. Em manchas descobertas existentes no meio do carnaúbal costumam os agricultores cultivar algodão e cereais.

Nas grandes extensões de caatinga, porém, domina a pecuária extensiva, em que os rebanhos de bovinos, asininos e caprinos, de baixo valor econômico per capita, mas altamente adaptados às condições naturais, vagueiam livremente à cata de alimentos. A capacidade de lotação é muito baixa, são necessários de 3 a 7 hectares para alimentar cada cabeça de gado. O custo da produção é também baixo, sobretudo se lembrarmos que o preço da terra é insignificante. A produção é representada por 100 a 120 kg. de carne por cabeça de bovino e por 15 a 20 kg. de caprino. Os cuidados com o rebanho estão a cargo do “vaqueiro”, verdadeiro “cow-boy” brasileiro, que vestido com roupas de couro, atravessa a caatinga cheia de espinhos, a fim de vigiar e assistir ao rebanho.

A caatinga é rica em pastagens (gramíneas) durante a estação chuvosa e neste período o gado se mantém gordo. Ao começar o período seco, a vegetação erbácea, as gramíneas, vão

desaparecendo e o gado passa a alimentar-se de cactáceas e de fôlhas de árvores e arbustos, geralmente leguminosas em que o Sertão é rico. Alguns meses depois estas fôlhas, chamadas localmente de "ramas", desaparecem e então o gado migra para áreas menos sêcas, para as "ilhas" úmidas do Sertão. Estas áreas, ora são chapadas sedimentares e despovoadas onde há vegetação verde durante todo o ano, como a Serra Geral, a Serra dos Dois Irmãos e a Chapada do Araripe, ora são serras bastante povoadas e agrícolas nas quais, no auge da estação sêca, os cereais e o algodão já foram colhidos e restam as fôlhas e palhas que são utilizadas como alimento pelo gado, ora são as margens dos rios perenes ou secos, mas que mantêm um permanente lençól d'água aluvial nos quais existem gramíneas durante todo o ano. O gado permanece aí até a estação das chuvas, quando a caatinga reverdece, se cobre de fôlhas, oferecendo alimento abundante. Assim, a pecuária ultra-extensiva é feita com a realização de migrações sazonais, migrações nas quais os animais são acompanhados apenas pelos vaqueiros. Às vezes êstes levam o gado para os "refrigérios", locais úmidos, no início da estação sêca e vão buscá-los apenas na época das chuvas, fazendo algumas visitas periódicas ao local em que os animais se encontram para ver as condições de saúde e de alimentação. E, dêsse modo, uma atividade típica de região ao mesmo tempo sub-desenvolvida e sub-povoada.

5 — *Os grandes problemas agrários do Nordeste*

Nesta sucinta exposição descrevemos os tipos de atividade agrícola existentes na grande região nordestina, os sistemas de exploração da terra dominantes, nos permitindo levantar uma série de problemas que estão ligados a fatores que têm influência sobre as atividades agro-pecuárias:

- a) — as condições naturais
- b) — as estruturas sociais
- c) — os padrões técnico-culturais
- d) — a rêde de obras de infra-estruturas básicas

- e) — as organizações político-administrativas.

Quanto às condições naturais costuma-se acusar o clima pelos baixos padrões e pelos grandes problemas nordestinos, isto porque, havendo uma grande sêca cada dez anos no Nordeste, é a mesma responsabilizada pelos males que afligem a região. Esquecem os seus acusadores, porém, que os agricultores e assalariados agrícolas da região úmida da Mata são bem mais pobres, mais miseráveis que os do Sertão sêco. Além disto, nada ou quase nada tem feito o homem para corrigir os problemas causados pela sêca. Só recentemente, a partir de 1934, o DNOCS vem procurando expandir, com êxito, a cultura da palma forrageira (*Opuntia* sp.) que na estação sêca é excelente alimento para o gado. O sorgo, largamente cultivado nas regiões sêcas da África ao Sul do Saara, da Índia, na China e dos Estados Unidos, só agora vem sendo objeto de experimentação agrícola e de estudos na região, quando, uma vez difundido, poderá fornecer abundante e excelente alimento a homens e animais. Os processos de armazenamento de alimentos durante a estação úmida para serem utilizados na estação sêca, largamente usados em outros países, ainda não estão divulgados na região; só agora está se começando, timidamente, a fazer ensilagem de gramíneas e de grãos. Desta forma, o homem ainda se encontra tão dependente das condições naturais que há um adágio popular segundo o qual no sertão nordestino "não é o homem que cria o boi mas o boi que cria o homem".

Quanto às estruturas sociais, elas foram constituídas na época da conquista, no século XVI, e com ligeiras modificações se mantêm até hoje. A concentração fundiária na Mata e no Sertão é muito grande, sendo poucos os que possuem a terra que se acha concentrada em sua maior porção em mãos de pessoas ligadas pela origem ou pelo casamento a velhas famílias patriarcais, quase sempre de origem portuguesa. As grandes propriedades que sempre têm mais de 500 ha. e que às vezes, se estendem por 20 e 30 mil ha., são sub-aproveitadas tanto do ponto de vista horizontal — as culturas não ocupam grandes percentagens da área apropriada — quanto do ponto de vista vertical — a produtividade é baixa. Para citar exemplos, no Estado de Pernambuco, principal produtor de açúcar do Nor-

deste, se obtêm um rendimento agrícola médio de apenas 42 toneladas de cana por hectare.

Êstes proprietários julgam-se ricos pelas extensões de terra que possuem e se opõem a qualquer política governamental que tente disciplinar a utilização da terra. Consideram-se donos da terra e dos rios que cortam as suas propriedades — é frequente a poluição dos mesmos pelos resíduos industriais sem a menor consideração às populações ribeirinhas ou a outras indústrias situadas a juzante da sua —. Dispondo de muitas terras e pagando salários baixos, não tem a maioria dos proprietários interêsse em intensificar a atividade agrícola, a fim de não inverter capitais na aquisição de máquinas e na construção de obras de infra-estrutura, pois mesmo com baixos rendimentos agrícolas pode manter um elevado padrão de vida.

Quanto aos padrões técnicos-culturais convém observar que são, em geral, bastante baixos, sobretudo no que diz respeito às lavouras de subsistência. Mas, mesmo naquelas cuja produção é destinada ao mercado externo, como ocorre com a cana-de-açúcar e o cacau, a produtividade é baixa; assim, quanto ao primeiro produto, obtêm-se, em média, em Pernambuco, 42 toneladas por ha contra 60 ton. por ha. em São Paulo. Convém observar que certos hábitos como a irrigação nas áreas mais secas e a adubação com matéria orgânica e sais minerais, já vêm sendo feitas nos últimos anos. Generaliza-se também o uso de inseticidas para evitar ou combater as pragas e começa-se a fazer experimentação com a finalidade de obter variedades que melhor respondam ao desafio das condições climáticas e edáficas. Já costumam preparar o terreno a ser cultivado, traçando curvas de nível com o fim de atenuar a erosão causada pelos agentes meteorológicos. Nas áreas planas ou de pequenas declividade os usineiros já realizam a cultura mecanizada, diminuindo o custo da produção e liberando a mão de obra.

Se há uma modernização com melhoramentos dos padrões técnico-agronômicos nas grandes propriedades dedicadas aos produtos de exportação, o mesmo não ocorre com as pequenas explorações agrícolas destinadas a produzir os gêneros alimentícios consumidos pelo mercado interno. Tanto que são pou-

co numerosos os agrônomos especializados em mandioca, milho, feijão, fava, inhame, e as técnicas de cultura e de industrialização destes produtos ainda são as mesmas do período colonial. Não se faz para os mesmos, estudos das variedades naturais existentes nem se procurou criar até hoje, salvo no caso do milho, em que se cultiva o milho híbrido, novas variedades, a fim de melhorar a produtividade e a qualidade do produto.

Domina assim, na região, uma agricultura extensiva que garante boa renda aos proprietários médios e grandes, graças a dois fatores: o monopólio da terra e o aviltamento do salário do trabalhador rural.

Quanto às obras de infra-estrutura básicas, dispõe a grande lavoura nas áreas por onde se expande, de boas estradas de rodagem e, às vezes, de estradas de ferro que permitem o escoamento da produção. Onde não há estradas de boa ou média qualidade a grande lavoura não se expande, ficando as terras sub-aproveitadas ou sub-ocupadas com pequenas lavouras.

Uma rede bancária oficial — Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Bancos de Desenvolvimento dos Estados da região — cobre quase todo o Nordeste, facilitando o crédito a juros baixos aos grandes e médios proprietários. Os pequenos proprietários, os arrendatários e os parceiros, só em bem pequenas percentagens, têm acesso ao crédito oficial, ficando quase sempre a depender de comerciantes, de agiotas e de grandes proprietários que obtêm o crédito a juros baixos nos bancos oficiais e os transferem com juros altíssimos aos pequenos agricultores. Tentativas têm sido feitas desde o Governo Vargas, para ampliar os benefícios do crédito agrícola aos pequenos agricultores, mas até hoje, êstes, dificilmente o conseguem. A mais séria e eficiente tentativa foi feita nos anos de 1963 e 1964 em Pernambuco, através da ação de um Grupo Executivo da Produção de Alimento (GEPA), que apesar de haver multiplicado cinco vezes em um ano o número de pequenos agricultores beneficiados pelo crédito oficial, teve as suas atividades encerradas.

A energia elétrica vem tendo a sua rede de distribuição largamente expandida, graças ao aproveitamento e utilização da cachoeira de Paulo Afonso para a produção de energia, mas a utilização maior é urbana, no sentido do consumo doméstico, o que é de lastimar, de vez que poderia melhorar sensivelmente as condições da produção agrícola e de industrialização dos produtos rurais.

Quanto aos problemas ligados às estruturas político-administrativas, devemos salientar que elas ainda se baseiam em grande parte na organização dada ao espaço pelos portugueses no século XVI, claro que com o funcionamento adaptado, tanto quanto possível, às necessidades do século XX. Assim, os grandes proprietários detêm o monopólio da terra, de vez que a propriedade está concentrada nas mãos de uns poucos e, em consequência, o poder político. Para se ter uma idéia da concentração fundiária existente no Nordeste é interessante analisar-se a Tabela que se segue:

Grupos	Mata	
Extensão em hectare	Números de estabelecimentos	Área (ha)
A — 0—20	46.756	238 801
B — 20—100	8 272	354 663
C — 100—500	4 133	1 001 679
D — 500—1 000	948	701 663
E — + de 1 000	529	1 139 891

Grupos	Agreste	
	Número de estabelecimentos	Área (ha.)
A — 0—20	135 733	645 259
B — 20—100	18 288	784 881
C — 100—500	4 336	888 990
D — 500—1 000	480	322 451
E — + de 1 000	522	1 797 739

Grupos	Sertão	
	Número de estabelecimentos	Área (ha.)
A — 0—20	206 058	1 352 350
B — 20—100	95 095	6 869 496
C — 100—500	38 889	8 061 755
D — 500—1 000	5 075	3 294 415
E — + de 1 000	3 444	10 323 409

Dêsse modo, na Mata, os estabelecimentos do tipo E correspondem a 0,8% do número, mas ocupam 32,2% da área contra 0,3% do número e 40,4% da área no Agreste e 0,9% do número de 34,5% da área no Sertão. Se juntarmos a elas o grupo D, de mais de 500 ha. observaremos que juntos correspondem a 2,4% do número de estabelecimentos da Mata, a 0,6% dos do Agreste a 2,3% do Sertão, ocupando áreas correspondentes a 52,6% da Mata, a 47,6% do Agreste e a 35,5% do Sertão.

Vê-se que na região da Mata, a mais povoada, 2,4% dos estabelecimentos ocupam mais da metade da área apropriada. No Sertão, devido a divisão da propriedade nas serras, ser grande e haver muitos estabelecimentos de não proprietários, é menor a concentração, mas ainda assim, 2,3% dos estabelecimentos ocupam mais de 1/3 da área apropriada.

Essa dominação econômica e política dos grandes proprietários faz com que toda a infra-estrutura administrativa esteja voltada para os mesmos e que os serviços públicos funcionem a fim de atender às necessidades e interesses desses. Daí gozarem, quase apenas eles, da assistência agrônômica oficial, através dos estudos de seleção de variedades, de garantia de preços mínimos, de crédito oficial a juros baixos, etc. e poderem manter uma agricultura de baixa produtividade mas que, graças ao monopólio da terra e ao baixo preço da mão de obra, lhes é altamente rendosa.